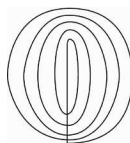


POSSIBILIA

EDIÇÃO DE 2014 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2014 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Possibilia
Copyright © 2014 do autor
Guido Imaguire

Todos os direitos reservados

Resumo

Nesse artigo apresento duas abordagens da noção de *possibilia*. De acordo com a primeira, *possibilia* são habitantes de mundos possíveis. As diferentes concepções de mundos possíveis, basicamente o Realismo Modal e o Atualismo, resultarão também em diferentes concepções de *possibilia*. A segunda abordagem é a Teoria de Objetos defendida por Alexius Meinong e seus adeptos contemporâneos, em particular Terence Parsons e de Edward Zalta. No final, avalio as vantagens e desvantagens de cada uma das abordagens.

Palavras-chave

Possibilia, mundos possíveis, realismo modal, atualismo, Meinonguianismo

Abstract

In this paper I present two approaches to the notion of *possibilia*. According to the first approach, *possibilia* are inhabitants of possible worlds. Different conceptions of the nature of possible worlds – basically Modal Realism and Actualism – will result in different conceptions of *possibilia*. The second approach is the Theory of Object defended by Alexius Meinong and his contemporary followers, in particular Terence Parsons and Edward Zalta. At the end, I evaluate the pros and cons of each approach.

Keywords

Possibilia, possible worlds, modal realism, actualism, Meinongianism

Possibilia

A noção de *possibilia* (singular: *possibile*) condensa dois conceitos fundamentais da filosofia: o de *objeto* e o de *possibilidade*. Um *possibile* é um objeto possível. Por ‘objeto’ entendo aqui, como Frege, algo que é sujeito de predicação. Claro que a qualificação modal *possível* é aplicável a outras categorias ontológicas como propriedades, estados de coisas, eventos, etc. Assim, podemos falar em propriedades possíveis e impossíveis, estados de coisas possíveis e impossíveis, etc. Propriedades impossíveis podem ser compreendidas, p.ex., como propriedades que por motivos lógicos ou metafísicos não podem ser instanciadas. A propriedade conjuntiva *ser redondo e quadrado* e a propriedade *ser água e não ter hidrogênio como constituinte* seriam, respectivamente, lógica e metafisicamente impossíveis.

Um objeto é dito possível se sua existência é possível, i.e. se ele existe em pelo menos um mundo possível. Um objeto é meramente possível se não existe no mundo atual, mas existe em pelo menos um mundo possível. Embora se atribua a qualificação modal a um objeto, parece plausível supor que sua possibilidade ou impossibilidade advém da compatibilidade/incompatibilidade das propriedades por ele instanciadas. Um objeto é possível, intuitivamente, quando instancia propriedades compatíveis, como p.ex. ser um círculo e ser vermelho. Um objeto impossível seria aquele que instancia propriedades incompatíveis, como p.ex. ser um círculo e ser um quadrado. Claro, a especificação de qual tipo de compatibilidade está em jogo (lógica, física, geométrica, metafísica, etc.) definirá diferentes classes de objetos possíveis e impossíveis.

Em geral, considera-se que a possibilidade em jogo na noção de *possibilia* é intrínseca, e não relacional. Um objeto é considerado possível *simpliciter*. Isso distingue essa noção de possibilidade da noção relacional de co-possibilidade entre fatos: embora os fatos *Pedro nasceu um dia antes de João* e *João nasceu um dia antes de Pedro* sejam ambos possíveis, eles não são co-possíveis (eles não podem ocorrer no mesmo mundo possível). De modo análogo, dois objetos são co-possíveis quando existem juntos em pelos menos um mundo possível.

Algumas vezes se usa a expressão ‘ficcional’ como equivalente a ‘possível’. Entidades ficcionais são personagens que ocorrem em

criações literárias como Sherlock Holmes e Harry Potter. Seria, no entanto, errado identificar *possibilia* com ficções: existem entidades ficcionais que podem (inclusive por descuido do autor) ser impossíveis. Além disso, existem inúmeros *possibilia* que nunca se tornaram personagens de histórias ficcionais e, portanto, não devem ser considerados ficções.

Esclarecer a noção de possibilidade envolvida na noção de *possibilia* requer também o esclarecimento da noção de atualidade. Constitui uma antiga ortodoxia filosófica a idéia de que todo objeto atual é um objeto possível, mas não vice-versa. Aliás, quando se fala de objetos possíveis, muitas vezes se entende apenas objetos “meramente” possíveis, ou seja, objetos não atuais. Claro, variações a respeito do que se compreende por atualidade implicam diferentes concepções de *possibilia*.

Existem basicamente duas estratégias para abordar o tema dos *possibilia*: a partir da noção de mundo possível e a partir de uma teoria geral de objetos (que pode incluir objetos ficcionais e impossíveis). Essa última estratégia é muitas vezes chamada, genericamente, de Meinonguianismo. Ela será nosso principal foco neste artigo. Começemos, porém, com a ortodoxia – a abordagem tradicional via mundos possíveis.

1 Mundos possíveis

Uma vez admitidos mundos possíveis, *possibilia* poderiam ser facilmente definidos como entidades que existem em pelo menos um mundo possível. Dizer que x é um *possibile* é o mesmo que dizer que x habita pelo menos um mundo possível. Dizer que x é um objeto atual, por sua vez, é o mesmo que dizer que x habita um mundo possível “especial”: o mundo atual.

Costuma-se distinguir basicamente duas concepções de mundos possíveis, o Atualismo e o Realismo Modal. A principal diferença é justamente como se entende o termo ‘especial’ da sentença acima. Para o atualista, o nosso mundo é especial de um ponto de vista absoluto, para o realista modal o qualitativo ‘especial’ é apenas relativo: os habitantes de cada mundo possível consideram seu próprio mundo especial. Mas não há um mundo “especial” de um ponto de vista absoluto.

Dissemos acima que constitui uma antiga ortodoxia filosófica a idéia de que todo objeto atual é um objeto possível, mas não vice-versa. Isso pode ser colocado agora de outra forma. Qualquer objeto atualmente existente é um possibile. Afinal, se ele existe no mundo atual, ele existe em algum mundo possível (na medida em que o mundo atual é um mundo possível). Por outro lado, não é nada trivial concluir que qualquer possible existe (supondo que consigo quantificar sobre objetos que não pertencem ao mundo atual quando uso a expressão ‘qualquer’). E, caso ele exista, como conceber essa forma de existência extra-atual? Este é o ponto fundamental de divergência entre o Realismo Modal e o Actualismo.

1.1 *Realismo modal*

A versão mais influente do Realismo Modal foi elaborada por David Lewis (1973, 1986). Segundo ele, todos os mundos possíveis são igualmente e genuinamente reais e concretos. Cada mundo possível é uma soma mereológica maximal espacio-temporal. Cada mundo é causalmente fechado – suas partes ou, como se costuma chamar, “seus habitantes” estão relacionados causalmente. Mas não há relações causais entre diferentes mundos possíveis ou habitantes de diferentes mundos. A aparente diferença entre objetos atuais e objetos meramente possíveis é apenas relativa à perspectiva. Segundo a teoria indexical do predicado ‘atual’, esse termo apenas refere ao domínio espaço temporal máximo ao qual pertence o falante que o usa. Assim, p.ex. quando um indivíduo i^1 , habitante do mundo possível w^1 , usa a expressão ‘objetos atuais’, ele se refere a objetos que habitam w^1 , enquanto um indivíduo i^2 , que habita o mundo possível w^2 ($w^1 \neq w^2$), que usa a expressão ‘objetos atuais’, se refere a objetos que habitam w^2 . Conseqüentemente, existência deve ser compreendida como implicitamente relacional: quando nós (habitantes do “nosso” mundo $w^{@}$) enunciamos ‘x existe’, significamos, a rigor, ‘x existe no mundo $w^{@}$ ’ (ou: x é parte da totalidade mereológica $w^{@}$).

No Realismo Modal, cada objeto habita apenas um mundo. Por isso, as condições de verdade das afirmações contra-factuais sobre um indivíduo são explicadas a partir da noção de contra-parte. A sentença enunciada por nós (em $w^{@}$) ‘Pelé poderia ter sido filósofo’ é verdadeira porque existe um mundo possível w^i , relevantemente

parecido com o nosso, onde há uma contra-parte de Pelé, i.e. um indivíduo relevantemente parecido com ele e que é filósofo em w^i .

A teoria de Lewis gerou muita resistência, em parte pela sua anti-intuitividade (não é intuitivo aceitar que todos os mundos possíveis existem no mesmo sentido que o nosso) e pela sua extravagante opulência ontológica. No entanto, é inegável que seu sistema permite soluções bastante elegantes para uma grande gama de problemas filosóficos, da metafísica à filosofia da linguagem e da mente.

Com respeito ao tema deste artigo, os possibilita, o Realismo Modal se caracteriza, *prima facie*, pela seguinte tese: Todos os objetos possíveis têm o mesmo estatuto ontológico. Todo possibile existe exatamente em um mundo possível, o mundo do qual ele é parte. Mas eis que uma conseqüência inusitada emerge.

Para poder afirmar que os mundos w^1 e w^2 são igualmente existentes, como pretende o realista modal, deve haver um domínio mereológico que inclua ambos simultaneamente. O menor domínio mereológico que inclui ambos é a soma mereológica de w^1 e w^2 (w^1+w^2). Assim, faz parte das condições de verdade dessa sentença que se suponha tal domínio composto de, no mínimo, w^1 e w^2 . (Claro, para se afirmar com verdade que todos os mundos possíveis existem, dever-se-ia afirmar a existência de uma soma mereológica de todos os mundos possíveis, mas isso não importa no momento). Tome-se, agora, uma parte própria de w^1 , digamos p^1 , e uma parte própria de w^2 , digamos p^2 . A soma p^1+p^2 certamente é parte de w^1+w^2 . Como já se admitiu um domínio w^1+w^2 , e como a existência é definida como ser parte (mereológica) de um domínio, segue-se que p^1+p^2 existe. Se compreendermos como possibilita um objeto que habita plenamente (todas as suas partes habitam) um único mundo possível, então w^1+w^2 não é um possibile. Mas, ao mesmo tempo, ele existe no mesmo sentido em que os mundos possíveis Lewisianos existem (são partes de uma totalidade de fusão de mundos). Uma reação possível é admitir que p^1+p^2 é um objeto impossível. Sem dúvida, objetos possíveis, combinados, podem gerar um objeto impossível: o círculo vermelho e o quadrado azul, combinados, geram um objeto impossível (algo que apenas Meinongianos aceitariam). Mas a impossibilidade do objeto p^1+p^2 é de outra natureza. Ela não advém de propriedades inconsistentes, mas de sua promiscuidade modal. Outra reação possível seria rejeitar que um objeto possível precisa ter

partes que habitam o mesmo mundo possível. Um *possibilia* poderia ser, por assim dizer, modalmente disperso, ter partes em diferentes mundos. Segundo Lewis, no final das contas, não há nada de errado em se admitir tais objetos – eles apenas são inúteis, não cumprem qualquer papel teórico relevante.

1.2 *Atualismo*

A principal alternativa ao Realismo Modal é o Atualismo. Esta posição também é chamada pejorativamente por Lewis de “Ersatzismo”, posto que substitui mundos possíveis reais por meros representantes: conjuntos maximais consistentes de sentenças, proposições, estados de coisas, propriedades ou histórias completas. Seus principais adeptos são Kripke (1972), Plantinga (1974), Hintikka (1962) e Stalnaker (1976).

Assim, mundos possíveis são compreendidos no Actualismo não como entidades “reais” ou concretas, mas como meras alternativas de como o mundo poderia ser. O mundo atual, inclusive, é apenas o modo como o mundo atualmente é, e não o próprio mundo, o universo, por assim dizer. Uma exigência comum a todas essas representações que assumem o papel de mundos possíveis é que elas sejam maximais e consistentes. Se elas não fossem maximais, não seriam mundos (seriam apenas partes de mundos). Se elas não fossem consistentes, não seriam possíveis (seriam impossíveis). A noção de consistência aqui em jogo, porém, não deve ser compreendida como mera consistência lógica, sintática ou semântica. Em geral, assume-se que se trata de uma noção modal irredutível, tendo em vista a existência de inconsistências puramente metafísicas (não lógicas).

Do ponto de vista metafísico, a principal diferença em relação ao Realismo Modal consiste no fato que, para o atualista, o domínio de quantificação se restringe apenas a objetos atualmente existentes. Uma alternativa actualista seria aceitar quantificação interior (como em ‘possivelmente existem burros falantes’) e tomando o idioma modal como primitivo. Existência não atual é definida como existência em algum mundo possível diferente do mundo atual. Um mero *possibile* o^i é um objeto que existiria caso o mundo não atual w^i fosse atual. Outra diferença importante é que para o atualista objetos não são confinados a um mundo possível. O mesmo objeto pode existir

em diferentes mundos possíveis. Essa ideia é fundamental para uma tese central da teoria dos nomes próprios de Kripke (1972). Segundo esta, um nome próprio ordinário como ‘Pelé’ designa rigidamente a pessoa Pelé, i.e., designa o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis onde ele existe. Assim, a noção de contra-parte do realista modal se torna supérflua. O que torna a sentença ‘Pelé poderia ter sido filósofo’ verdadeira para o atualista não é a existência de uma contra-parte de Pelé que habita algum mundo possível e que é, naquele mundo, filósofo. O que torna essa sentença verdadeira é o nosso próprio Pelé, ao qual nos referimos rigidamente por meio do nome (apelido) ‘Pelé’, em uma situação contra-factual (ou mundo possível alternativo) no qual ele é filósofo. Para um atualista como Kripke, mundos possíveis são estipulados, e não verdadeiramente reais.

Para Kripke, isso não é apenas uma explanação alternativa e mais natural. Ela mostra a fragilidade do realismo modal. Quando dizemos que Pelé poderia ter sido filósofo, intuitivamente, não estamos a falar de outro indivíduo parecido com Pelé – estamos a falar *deste* Pelé que habita entre nós. É *dele* que falamos, e é a *ele* que atribuímos a propriedade modal de poder ter sido filósofo. Esse é conhecido como o “argumento da irrelevância”: não parece ser relevante para o *nosso* Pelé que um *outro* indivíduo seja filósofo em algum outro mundo. Mas a resposta de Lewis é fácil e direta: o realista modal não afirma que é da contra-parte modal de Pelé que falamos quando dizemos ‘Pelé poderia ter sido filósofo’. É do *nosso* Pelé que falamos: dizemos que o *nosso* Pelé tem uma contra-parte que é filósofo. Note que a propriedade modal *poder ter sido filósofo* não é atribuída à contra-parte de Pelé. Esse não *poderia ter sido filósofo* – ele *é* filósofo (no seu próprio mundo). Assim, o argumento da relevância contra o Realismo Modal não é conclusivo.

As diferenças entre o Realismo Modal e o Atualismo são muitas. Mas como dissemos no início deste artigo, é a abordagem Meinongiana o foco principal do artigo. Apresentamos a abordagem modal porque, no final, pretendemos avaliar comparativamente os dois tipos de abordagem. Voltemo-nos, agora, ao Meinongianismo.

2 Meinonguianismo

O filósofo austríaco Alexius Meinong (1853-1920) é considerado o maior precursor contemporâneo da teoria dos objetos possíveis. Mais que isso, no seu influente livro *Teoria de Objetos* (“Gegenstandstheorie”) de 1904¹ ele defendia a necessidade de se incluir no campo da investigação até mesmo objetos impossíveis, como o famoso círculo quadrado. Segundo Meinong, a metafísica tradicional tinha um preconceito a favor do efetivo (em alemão: “wirklich”), ignorando assim as entidades não efetivas, como a possível montanha de ouro e o impossível círculo quadrado.

Uma peculiaridade da teoria de Meinong é seu caráter pré-semântico. Meinong não argumenta a favor destes estranhos objetos a partir de uma perspectiva semântica, como seria típico no século XX. Seguindo a escola filosófica austríaca de Brentano, Meinong parte da teoria da intencionalidade. Atos mentais intencionais são dirigidos a objetos que podem não existir: Leon procura a fonte da juventude, o Papa louva a Deus, Joãozinho espera pelo Papai Noel. Um problema lógico geralmente associado a essas sentenças (que suponho verdadeiras) é que elas, por generalização existencial, permitem derivar a existência dessas entidades: existe algo que Leon procura, algo louvado pelo Papa e algo que Joãozinho espera. Logo, existe a fonte da Juventude, Deus e Papai Noel. A solução de Brentano consistia em negar que essas relações intencionais (procurar, louvar, esperar) sejam relações reais. Meinong, diferentemente, prefere supor que essas relações são reais e que as entidades que são o objeto de tais atos intencionais também são reais, mesmo que elas não existam, no sentido estrito de ‘existir’. Para expressar isso sem soar paradoxal, ele distingue ‘existir’ de ‘subsistir’ (ou ‘haver’). Assim, pode-se dizer consistentemente que há coisas que não existem.

Meinong defende uma teoria que distingue três níveis ou modos de ser. Ao primeiro nível pertencem os objetos existentes ou efetivos. Por efetividade Meinong entende literalmente a capacidade de participar de relações causais (“Wirkung”, em alemão, sugere “efeti-

¹ Na verdade, as *Investigações sobre a Teoria de Objetos e Psicologia* era uma publicação composta com vários artigos de diferentes autores da Escola de Graz. O texto de Meinong *Teoria de Objetos* foi publicado como livreto separado posteriormente.

vidade causal”). Assim, são existentes os objetos concretos no espaço e no tempo. Pelé, Cristiano Ronaldo e o monte Everest são objetos existentes neste sentido. Ao segundo nível pertencem os objetos que não existem efetivamente, mas que poderiam existir, como Sherlock Holmes e o Papai Noel. Na medida em que estes objetos não são nada, eles têm uma forma de ser, que Meinong designa “subsistência”. Estes são, portanto, os objetos subsistentes. Finalmente, ao terceiro nível pertencem os objetos que não existem efetivamente, nem poderiam e, assim, não têm subsistência. Estes são os objetos não-subsistentes, como o círculo quadrado.

Um dos pilares da teoria Meinonguiana é a tese da independência entre Ser (*Sein*) e Ser-Tal (*Sosein*). Numa terminologia mais contemporânea: existência (num sentido mais geral) e predicção são logicamente independentes. Mesmo objetos que não existem “são” de algum modo: o círculo quadrado é, alegadamente, circular e quadrado, mas não é triangular. Existência não é condição de possibilidade de predicção.

Meinong faz uso de dois argumentos a favor da Subsistência dos não subsistentes, um intencional e um mereológico. O argumento intencional simplesmente aponta para o fato de que não apenas entidades efetivamente existentes, como Pelé, podem ser objeto da nossa intencionalidade. Também uma ficção (supostamente) possível como Sherlock Holmes, e mesmo um objeto impossível como o círculo quadrado pode ser objeto de pensamento e discurso. Quando pensamos sobre eles, não pensamos sobre nada. Pensamos sobre objetos que são, pelo menos, “objetos para nós”. Assim, mesmo quando eles não dispõem de existência efetiva, manifestam o que ele chamou de “inexistência”. O termo ‘inexistência’ é enganoso, pois o prefixo ‘in’ poderia sugerir ao desavisado a negação latina: ‘não existente’. Na verdade, o ‘in’ deve ser entendido como ‘in’ de ‘intencional’ ou ‘interno à mente’, como existente “para” minha mente.

O argumento mereológico é o seguinte. Meinong introduziu a noção de ‘Objetivo’ que corresponde, basicamente, à nossa noção de proposição. Mas, como dissemos, sua perspectiva não é semântica, mas intencional. Assim, Objetivos são complexos judicáveis, entidades complexas que sujeitos cognitivos acessam via intencionalidade. Ao julgar, atribuímos verdade ou falsidade a um Objetivo. O Objetivo *o círculo quadrado é um não-subsistente* pode ser julgado como

verdadeiro. Como esse complexo é objeto do meu pensamento, ele não é simplesmente nada. Ele tem algum estatuto ontológico. Assim, também suas partes não podem ser completamente destituídas de ser. Afinal, esse Objetivo é diferente do Objetivo *o círculo triangular é um não subsistente*. Esses dois complexos têm constituintes diferentes. Assim, o círculo quadrado é um constituinte com alguma porção de ser.

2.1 O anti-meinonguianismo ortodoxo

Poucas teorias filosóficas tiveram uma história tão turbulenta quanto a de Meinong. Isso se deve em particular à grande influência de Russell na filosofia do século vinte. Num primeiro momento, quando trabalhava nos *Principles of Mathematics* (1903), Russell adota uma ontologia de estilo Meinonguiana. Sua principal motivação era a aceitação do princípio de pressuposição de existência: sempre que se diz algo de x , supõe-se que x tenha alguma forma de realidade. Mesmo quando digo ‘a montanha de ouro não existe’, pressuponho que a montanha de ouro de algum modo subsiste. Ou seja, como Meinong, Russell distingue, nesta fase ultra-realista, *existência de subsistência*.² Algo pode subsistir sem existir. Vale notar, porém, que mesmo nesse tempo o senso robusto de lógica de Russell o impedia de aceitar algo como o círculo quadrado Meinonguiano. Expressões como ‘o círculo quadrado’ eram simplesmente consideradas como destituídas de qualquer significado.³

Essa teoria parece, à primeira vista, bastante intuitiva. Quando por exemplo afirmo ‘Papai Noel não existe’ e ‘Sherlock Holmes não existe’, parece claro que afirmo sobre *diferentes entidades* que elas não existem. A conclusão seria, então, que, em cada caso, “há algo” o qual afirmo não existir.

No entanto, Russell logo abandona tal posição em favor de uma ontologia mais sóbria. A base para essa ontologia é apresentada em *On Denoting* (1905). Neste influente artigo, considerado por muitos como o grande paradigma inaugural de análise lógica da filosofia analítica, Russell trata explicitamente da teoria de Meinong. A ex-

² Sobre essa fase realista de Russell veja Hylton (1990) e Imaguire (2001).

³ Ver “An Analysis of Mathematical Reasoning” (1898) de Russell.

posição um pouco caricatural desta posição, aliada à atraente teoria que ali inaugurava, gerou uma espécie de ortodoxia filosófica anti-Meinonguiana por mais de meio século. A ontologia Meinonguiana pareceu ser, durante esse período, no imenso zoológico filosófico, uma espécie bizarra da qual nenhum filósofo sério ousaria se aproximar.

Russell investe pouco esforço para refutar a teoria de Meinong. Em poucas linhas ele expõe o que parece ser sua fraqueza. Se achamos que temos um objeto correspondente a cada expressão do tipo ‘o tal e tal’, então também há um objeto que corresponde ao sujeito da sentença:

A existente montanha de ouro subsiste.

Essa sentença deve ser considerada verdadeira na teoria Meinonguiana. Embora subsista, é certo que a montanha de ouro não existe. Mas também deve se concluir, por raciocínio puramente analítico, que a existente montanha de ouro existe. Logo, ela existe e não existe – contradição! Note que a distinção entre existência e subsistência pouco ajuda, apenas adia o problema. O argumento poderia ser aplicado igualmente à sentença:

A não subsistente montanha de ouro é objeto do meu pensamento.

É verdade que o argumento de Russell é bastante simplório. Mas também é verdade que uma teoria que postulava entidades como círculos quadrados não é uma opção muito atraente. Assim, os filósofos estavam dispostos a facilmente aceitar qualquer alternativa como preferível. Mas mais que a rejeição do Meinonguianismo, a teoria de Russell convenceu pela sua surpreendente simplicidade e originalidade.

A teoria das descrições de Russell permitia evitar a derivação de existência do aparente sujeito de uma predicação, como em ‘a montanha de ouro é F’. A estratégia, na verdade, não consistia em negar o princípio de pressuposição de existência do sujeito de uma predicação. Ela consistia, antes, na negação de que o aparente sujeito de uma predicação, também chamado de “sujeito gramatical” da predicação, fosse automaticamente identificado com o verdadeiro sujeito lógico da predicação. Portanto, quando dizemos algo como:

O atual rei da França é careca.

Não precisamos supor que o termo sujeito ‘o atual rei da França’, de fato, refira a alguma entidade, existente ou subsistente. Na verdade, a verdadeira forma lógica desta sentença seria:

$$\exists x (x \text{ é atual rei da França} \wedge \forall y (y \text{ é atual rei da França} \rightarrow x=y) \wedge y \text{ é careca})$$

Assim fica claro como os objetos Meinonguianos, sempre introduzidos por descrições do tipo ‘o tal e tal’, poderiam ser sistematicamente eliminados. Não precisamos supor que exista uma referência desses termos singulares: na verdade, esses termos são predicados, e podemos dizer consistentemente que nada no mundo instancia a condição expressa por esses predicados. Mas note que Russell continua mantendo o princípio de pressuposição da existência. Se numa sentença como

a é F

o termo ‘a’ não é uma descrição definida (ou um nome ordinário que, para ele, simplesmente abrevia uma descrição definida), mas um termo genuinamente singular (um “nome logicamente próprio”, algo como o deíctico ‘isto’), então, de fato, seria um contra-senso negar uma correspondente referência na realidade. Como Pears (1963) bem coloca, para Russell, uma sentença como ‘isto existe’ (acompanhado da demonstração ostensiva de um isto) será uma “tautologia referencial” – algo que jamais poderia ser falso. A teoria das descrições de Russell pode ser vista, assim, como uma estratégia geral de eliminação de comprometimento ontológico com *possibilia*.

3 Neo-meinonguianismo

Como dissemos, a teoria Meinonguiana teve uma história conturbada. Execrada como bizarra num primeiro momento, ela encontrou, desde o início dos anos oitenta, novos e influentes adeptos. Hoje o panorama é dividido entre ortodoxos Russellianos, de um lado, e neo-Meinonguianos do outro. Chamo “neo-Meinonguianas” as teorias que defendem alguma forma de realidade das entidades não-existentes. Os principais defensores dessa posição são Terence

Parsons e Edward Zalta, além de Routley e Priest. Os novos neo-Meinonguianos se caracterizam pela utilização de recursos formais sofisticados (pelo menos mais sofisticados dos que Meinong tinha à disposição), e uma abordagem mais semântica do que mentalista ou intencional.

3.1 *Parsons e os dois tipos de propriedades*

Parsons (1980) apresenta como primeira motivação a favor de uma teoria de objetos inexistentes a constatação da diferença entre os fenômenos da falha (ou lacuna) referencial e da referência a inexistentes. Quando enunciamos ‘Sherlock Holmes inspirou muitos detetives’, o termo singular ‘Sherlock Holmes’ não parece ser vacuoso. Afinal, este enunciado é plausivelmente avaliável a respeito do seu valor de verdade. Isso indica que nos referimos a algo, embora esse algo não disponha de existência real. A situação é completamente diferente quando, ao me enganar visualmente, digo ‘o homem na porta parece assustador’ e, depois, percebo que não há ninguém ali. Este enunciado não é, como o primeiro, avaliável em termos de verdade ou falsidade. Segundo Parsons, no primeiro caso referimos a algo inexistente. No segundo caso simplesmente não referimos.

Como se sabe, a estratégia ortodoxa (Russelliana) de identificação dos dois casos consiste na idéia de que a forma gramatical das sentenças não corresponde à sua verdadeira forma lógica. Assim, embora as sentenças do primeiro tipo tenham termos sujeitos que parecem referir, na verdade, elas podem ser parafraseadas de modo que a aparente referência seja dissolvida. Infelizmente, observa Parsons quase sarcasticamente, parafrases satisfatórias nunca foram oferecidas.

A partir dessa motivação, Parsons desenvolve sua teoria de objetos inexistentes. A base intuitiva dessa teoria é uma espécie de combinatória de propriedades. Ele parte do princípio de identidade de Leibniz, segundo o qual dois objetos diferentes nunca possuem todas as propriedades em comum. (Há controvérsias sobre a validade desse princípio, mas essa discussão não pode ser apresentada aqui). Aplicando esse princípio inicialmente apenas ao domínio de objetos efetivamente existentes temos uma atribuição unívoca: a cada conjunto de propriedades pode ser associado, no máximo, um único objeto real. Claro que a vários conjuntos de propriedades não será asso-

ciado nenhum objeto real, p.ex. ao conjunto {elefante, vermelho, voador}. Num segundo passo, ele observa que a lista de conjuntos aos quais não corresponde nenhum objeto pode ser facilmente expandida: {montanha, dourada}, {elefante, vermelho}, etc. A sua teoria consiste basicamente na associação de um “novo” objeto, um objeto inexistente, a cada um destes conjuntos. No final, temos uma correspondência biunívoca: a cada conjunto de propriedades corresponde um único objeto e vice-versa. Essa teoria pode ser resumida na forma de dois princípios:

(P1) dois objetos (incluindo existentes e inexistentes) nunca terão exatamente as mesmas propriedades “nucleares”;

(P2) para todo conjunto de propriedades nucleares haverá um objeto correspondente que instancia exatamente essas propriedades.

Note três peculiaridades da teoria de Parsons. Primeiro, seus objetos não precisam ser “logicamente fechados”. Um objeto pode ter as propriedades *ser elefante* e *ser vermelho*, sem ter a propriedade conjuntiva *ser-elefante-e-ser-vermelho*. Em segundo lugar, os objetos podem ser incompletos. Um objeto é dito completo quando, para qualquer propriedade (‘F’) vale que o objeto tem essa propriedade ou sua complementar (‘não-F’). O elefante vermelho não tem a propriedade de *ser grande*, nem a propriedade de *não-ser-grande*. Na verdade, ele não tem altura alguma, ele é indeterminado quanto à altura. Assim, para estes objetos não vale o princípio do terceiro excluído. Finalmente, como não são impostas restrições de compatibilidade de propriedades, ao conjunto {redondo, quadrado} corresponde um objeto. Claro, trata-se de um objeto impossível, mas que em nada padece do seu estatuto de objeto.

A principal objeção de Russell à teoria Meinonguiana almejava as suas conseqüências contraditórias. Se o círculo quadrado é quadrado só porque lhe atribuímos a propriedade de ser quadrado, então o que me previne de atribuir o atributo da existência ao círculo quadrado? Teríamos assim o círculo quadrado existente, do qual podemos dizer verdadeiramente que existe e, ao mesmo tempo, que não existe. Atribuir ao círculo quadrado a propriedade da possibilidade seria outra maneira de gerar uma inconsistência.

A solução de Parsons consiste na distinção entre propriedades nu-

cleares e propriedades extra-nucleares. Propriedades nucleares são propriedades usuais que caracterizam objetos, como vermelho, redondo, dourado, etc. Propriedades extra-nucleares são aquelas propriedades “estruturais”, como as propriedades ontológicas (existir, ser ficcional, etc.), modais (ser possível ou impossível), intencionais (é pensado por mim) e técnicas (é completo, é incompleto). De fato, essa distinção não parece de todo *ad hoc*, pois tais propriedades são tradicionalmente tratadas na metafísica de modo especial. Na verdade, a distinção já foi sugerida por Meinong na sua reformulação tardia da sua teoria, publicada em 1915, em resposta às críticas de Russell.⁴ Mas, infelizmente, nem Meinong nem Parsons conseguem dar um bom critério, não arbitrário e não circular, de distinção entre propriedades nucleares e extra-nucleares. Cada um oferece dois critérios.

O primeiro critério de Meinong (1915: 176) é o da complementação: propriedades nucleares são tais que um objeto não as perde se complementado por outras propriedades. P.ex. o círculo vermelho não perde a propriedade de *ser circular* ao adicionarmos a propriedade *quadrado*, embora perca a propriedade extra-nuclear *ser possível*. Claro que tal formulação é metafórica: objetos não podem ser “complementados”. O que temos, a rigor, é uma seqüência de objetos minimamente diferentes: círculo vermelho, círculo vermelho quadrado, círculo vermelho quadrado de ouro, etc. Assim, se F é uma propriedade que um objeto tem, bem como todos os objetos da seqüência, então F é nuclear. O problema desse critério é que ele falha com respeito a muitas propriedades que são claramente extra-nucleares: p.ex. a propriedade de ser completo, ser contraditório, ser complexo, ter mais de duas propriedades, etc. Qualquer objeto que tenha essas propriedades, não as perderá mais em nenhuma circunstância.

O segundo critério de Meinong é derivado do princípio do terceiro excluído: apenas propriedades extra-nucleares obedecem a tal princípio sem qualquer restrição (todo *a* é um F ou um não-F). Assim, para Meinong, tanto ‘o atual rei da França é careca’ como ‘o atual rei da França é um não-careca’ (note que a negação é predicativa, não proposicional) são sentenças falsas. De fato, com a propriedade extra-nuclear da existência o terceiro excluído parece valer: ‘o atual

⁴ Meinong (1915) *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*.

rei da França é existente' é falso, enquanto 'o atual rei da França é não-existente' é verdadeiro. Mas veja a propriedade nuclear *ser um existente* – a versão “aguada” de existir. Meinong introduziu a noção de *versão aguada* de propriedades para responder a Russell: 'o existente atual rei da França existe' é falso porque de 'ser um existente' não se segue 'x existe'. 'Ser um existente' é apenas uma versão aguada de 'existir'. Russell apenas responde não entender o sentido da distinção e a disputa entre os dois se encerra nesse ponto. De qualquer forma, ambas as sentenças 'o atual rei da França é um existente' e 'o atual rei da França é um-não-existente' são falsas (já que o objeto não é constituído nem por *é um existente*, nem por *é um não-existente*). Mas, intuitivamente, 'o atual rei da França é *um-não-existente*' parece simplesmente equivalente a 'o atual rei da França não é um existente'.⁵ Ou seja, paramos exatamente no ponto de Russell: como entender a diferença entre 'x não é um existente' e 'x é um-não-existente'?

Também Parsons não consegue oferecer um critério satisfatório para distinguir esses dois tipos de propriedades. Em primeiro lugar, ele recorre a um procedimento muito vago de decisão histórico-pragmático: propriedades usualmente consideradas propriedades de objetos, são propriedades nucleares. Propriedades usualmente não consideradas propriedades ordinárias, ou sobre as quais há uma história de controvérsia (sic!), são propriedades extra-nucleares.

O segundo critério de Parsons é uma explanação adicional negativa de distinção: nenhuma propriedade nuclear F pode satisfazer as duas condições:

$$\exists X (X \text{ é o conjunto de propriedades nucleares} \wedge F \notin X \wedge \forall x (x \text{ instancia cada elemento de } X \rightarrow x \text{ instancia } F)$$

e

$$\exists X (X \text{ é o conjunto de propriedades nucleares} \wedge F \notin X \wedge \forall x (x \text{ instancia cada elemento de } X \rightarrow x \text{ não instancia } F)$$

O que essas fórmulas dizem, intuitivamente, é que uma propriedade nuclear deve ser sempre independente da instanciação de outras propriedades nucleares. A primeira fórmula exclui que as propriedades nucleares de um objeto necessitem o objeto a instanciar F; a segunda

⁵ Ver essa crítica em Reicher 2005.

exclui que as propriedades nucleares de um objeto necessitem o objeto a não instanciar F. Claro que essa explanação não é uma definição satisfatória, pois é circular (embora talvez seja informativa) na medida em que contém a própria noção a ser definida (*nuclear*). O que ela consegue, na melhor das hipóteses, é, na medida em que temos alguns exemplos claros de propriedades nucleares, determinar o caráter (nuclear ou não) de propriedades sobre as quais há incerteza. Por um lado, propriedades nucleares são mutuamente independentes. Propriedades extra-nucleares, por outro lado, estão em relações de dependência. Se um objeto tem a propriedade extra-nuclear de existir, ele necessariamente possui a propriedade extra-nuclear de ser possível; se um objeto tem a propriedade extra-nuclear de ser impossível, ele tem a propriedade extra-nuclear de não existir. Mas as dúvidas permanecem: é verdade que todo objeto que é um unicórnio não instancia existência? Afinal, há também o unicórnio existente.

Vale notar, finalmente, que o sistema de Parsons tem várias conseqüências indesejáveis para pessoas com um sentido robusto de realidade, das quais menciono apenas duas. A primeira é a seguinte: como apenas propriedades nucleares determinam a identidade de um objeto, e *existe* e *ficcional* são propriedades extra-nucleares, não pode haver um sócio ficcional de entidades reais. Ou seja, tome-se o conjunto de todas as propriedades (nucleares e extra-nucleares) de Pelé. Substitua-se a propriedade *existe* por *é ficcional*. Ao fazer isso, não se cria uma nova entidade, já que o conjunto de propriedades nucleares é o mesmo. A segunda é esta: como Parsons também não exige fechamento lógico nem ontológico, ele acaba por admitir objetos metafisicamente impossíveis como *molécula de água sem hidrogênio*.

3.2 Zalta e os dois tipos de predicação

Edward Zalta é o proponente de uma teoria metafísica geral de objetos que inclui, como parte própria, os *possibilia*. Assim como Parsons, no seu livro *Abstract Objects: An Introduction to Axiomatic Metaphysics* (1983) Zalta faz referência explícita às origens Meinonguianas de sua teoria. Um grande mérito da teoria de Zalta é o fato de que ela é completamente axiomatizada e formalizada. Mas mais do que *possibilia*, a intenção de Zalta é propor um sistema metafísico absolutamente geral no qual há espaço para toda e qualquer entidade (muitos

diriam, certamente, “pseudo-entidades”) como formas platônicas, mônadas Leibnizianas, *impossibilia* Meinonguianos, etc.

A principal diferença entre o sistema de Zalta e o de Parsons consiste na estratégia para evitar o colapso da teoria. Ao invés de adotar uma distinção entre dois tipos de propriedades (p.ex. nucleares e extra-nucleares), Zalta distingue dois tipos de predicção: *exemplificação* e *codificação*. Exemplificação é a relação que usualmente se concebe como ocorrendo entre um objeto concreto e uma propriedade por ele instanciada. Assim, Sócrates *exemplifica* a propriedade de ser grego. A codificação, por sua vez, é uma relação similar à exemplificação, mas que ocorre entre um objeto abstrato e uma propriedade, p.ex. diz-se que Sherlock Holmes *codifica* a propriedade de *ser detetive*.

Não seria possível apresentar o sofisticado sistema de Zalta em tão pouco espaço. Mas para entender a sua ontologia, basta destacarmos quatro princípios:

(PZ1) Objetos ordinários (concretos) nunca codificam propriedades.

Ou seja, a relação de codificação é uma exclusividade dos objetos abstratos.

(PZ2) Dada qualquer combinação de propriedades, consistente ou não, existe necessariamente um objeto abstrato que codifica exatamente essas propriedades.

Com isso, a teoria de Zalta é decididamente Meinonguiana. Sua ontologia inclui a montanha de ouro, o círculo quadrado, o círculo quadrado triangular, o círculo quadrado triangular português comunista, etc.

(PZ3) Dois objetos são idênticos se e somente se (i) são ambos concretos e exemplificam as mesmas propriedades, (ii) são ambos abstratos e codificam as mesmas propriedades.

Aqui são especificadas as condições de identidade dos objetos. Note, em primeiro lugar, que por meio deste critério de individuação um objeto abstrato nunca pode ser idêntico a um objeto concreto – o que parece bastante razoável. Uma vez separados todos os objetos em duas classes disjuntas (abstratos e concretos), em cada classe os objetos são individuados pelo princípio de Leibniz: dois objetos concretos são idênticos se e só se *exemplificam* exatamente as mesmas proprieda-

des, dois objetos abstratos são idênticos se e só se *codificam* as mesmas propriedades. Mas existe uma importante assimetria: embora Zalta exclua que objetos concretos codifiquem propriedades, não há uma regra inversa que proíba que objetos abstratos exemplifiquem propriedades. Zalta aceita, assim, que o Sherlock Holmes exemplifique a propriedade (relacional) de *ser admirado por João*. No entanto, como a exemplificação de propriedades não entra nas condições da sua individuação, dois objetos abstratos que *codificam* as mesmas propriedades, mas *exemplificam* propriedades diferentes, são, apesar disso, idênticos.

Finalmente, Zalta defende um princípio de individuação para propriedades:

(PZ4) Duas propriedades são idênticas se e somente se necessariamente são codificadas pelos mesmos objetos.

A idéia de Zalta é simples. Como diferentes propriedades podem ser exemplificadas pelos mesmos objetos (o antigo problema da co-extensividade das propriedades como *cordato* e *renato*), a individuação é feita por meio da codificação. Como o domínio da codificação é muito maior, incluindo todos os possibilia e impossibilia, o problema da co-extensividade é resolvido.

Mas aqui começam os problemas da teoria de Zalta. Embora os princípios de individuação de Zalta sejam, tomados isoladamente, não circulares, tomados em conjunto se tornam circulares. A formulação exata do princípio de individuação de objetos abstratos é:

(PZ3) $x=y \text{ =}_{df.} \forall P (x \text{ codifica } P \leftrightarrow y \text{ codifica } P)$

A definição não é circular porque a identidade (no *definiendum*) não ocorre no *definiens*. Define-se identidade de *abstracta* em termos de propriedades e da relação de codificação (e usuais recursos lógicos). Porém, veja a definição de identidade de propriedades:

(PZ4) $F = G \text{ =}_{df.} \forall x (x \text{ codifica } F \leftrightarrow x \text{ codifica } G)$

Novamente, a identidade não é definida circularmente. A identidade das propriedades é definida em termos de codificação por objetos abstratos. O problema surge, como argumentou Greimann (2003), quando se percebe que a individuação de propriedades é feita em termos de objetos abstratos, e objetos abstratos são definidos em termos

de propriedades. Um ponto similar foi feito por Quine (1981) com respeito a classes e elementos: se definimos a identidade de classes em termos dos seus elementos e elementos em termos das classes as quais eles pertencem, as definições, tomadas por si mesmas não são circulares, mas formam uma teoria circular de identidade. No caso dos objetos abstratos de Zalta, a situação é particularmente problemática. Em primeiro lugar, porque ele recorre a uma noção obscura, que ele toma como primitiva, de codificação. Codificação é explicada em termos de predicação entre abstracta e propriedades (as duas classes de entidades que queremos individuar). Em segundo lugar, objetos abstratos são introduzidos por meio de um princípio de compreensão de combinação de propriedades – Sherlock Holmes nos é dado exclusivamente por meio das propriedades que a ele atribuímos. Ou seja, pressupomos propriedades para definir nossos objetos abstratos. Propriedades, por sua vez, são definidas justamente por meio desses objetos abstratos.

4 Meinonguianismo ou mundos possíveis?

Vimos duas abordagens do tema dos *possibilia*: via mundos possíveis e via teoria geral de objetos. Qual é preferível? Existem razões para se preferir uma em detrimento a outra? Essa é uma ampla questão que mereceria um estudo detalhado. Apresento a seguir apenas algumas observações em defesa do tratamento via mundos possíveis.

Seria uma *petitio principii* objetar contra o Meinonguianismo a falta de parcimônia ontológica. Meinonguianos simplesmente não pretendem ser parcimoniosos. Mas existe uma dificuldade parecida que pode razoavelmente ser levantada, a saber, a falta de *controle fino* sobre parcimônia e generosidade. Ou seja, o Meinonguiano não parece ser capaz de separar domínios mais ou menos generosos. Ele inevitavelmente tem que admitir entidades ontologicamente bizarras. Suponha p.ex. que alguém pretenda defender uma ontologia que admite *possibilia* mas não *impossibilia*. Esta parece ser uma posição razoavelmente, mas não exageradamente, generosa e era a posição do jovem Russell (dos *Principles*). Tanto a teoria de Parsons como a de Zalta são incapazes de oferecer tal controle. Ao introduzir objetos a partir de uma combinatória arbitrária de propriedades, ambas teorias se tornam teorias gerais de objetos que incluem inevitavelmente

impossibilias, objetos contraditórios de todos os graus de bizarrice como o círculo-quadrado-triangular-preto-branco-brasileiro-honesto. Qual função teórica tais objetos podem exercer? Teorias de possibilias na abordagem via mundos possíveis evitam esse descontrole: habitantes de mundos possíveis são sempre possibilias, nunca impossibilias.

Algo similar vale para a inclusão de objetos incompletos, i.e. objetos para os quais não vale o terceiro excluído com respeito a pelo menos uma propriedade.⁶ Aqui, novamente, a abordagem via mundos possíveis é mais exclusiva: todos os possibilias entendidos como habitantes de mundos possíveis são maximamente determinados, e assim completos. Há certamente problemas em qualquer tentativa de especificar um determinado habitante de algum mundo possível: não posso me referir “ao” Sherlock Holmes do mundo w_n . Afinal, como especificar todas as suas propriedades? Qual é o mundo w_n ? Mas esse é um problema meramente epistêmico que em nada afeta o estatuto ontológico das entidades que pertencem a nossos mundos vizinhos. Seja como for, teorias Meinonguianas sempre aceitam objetos incompletos.

Alguém poderia argumentar que objetos incompletos são úteis. Concedamos: objetos incompletos podem exercer funções epistemológicas interessantes. Brentano p.ex. defendeu que, num certo sentido, nosso acesso epistêmico é sempre restrito a objetos incompletos. Nunca conhecemos a totalidade de propriedades de um objeto empírico, sempre acessamos apenas algumas de suas propriedades. Mas parece haver uma confusão nesse argumento. Os objetos empíricos de nosso conhecimento não são objetos incompletos: os objetos são todos completos, incompleto é o nosso conhecimento acerca deles. Isso representa uma diferença epistemicamente relevante porque os objetos reais não são arbitrários, enquanto os objetos neo-Meinonguianos são sempre arbitrários: não conhecemos (ou reconhecemos) suas propriedades, estipulamo-las. Assim, uma teoria

⁶ A rigor, objetos incompletos são, num certo sentido, impossíveis. Eles não são impossíveis por instanciar propriedades inconciliáveis, como o círculo quadrado. Meinong nota corretamente que objetos incompletos são impossíveis apenas no sentido de serem necessariamente não-existentes. O objeto que instancia como única propriedade ser vermelho, para poder existir, tem de ter uma extensão, uma forma, uma posição espaço-temporal, etc. Ou seja, qualquer objeto, para poder existir, tem de ser completo.

a respeito do nosso conhecimento parcial e de nossa constante tentativa de expandir conhecimento não pode fazer uso de tais objetos incompletos arbitrários. Esse processo de “adição” de propriedades a um objeto incompleto para torná-lo completo costumava ser chamado, na tradição de Brentano, de “implexão”. O processo empírico de descoberta gradual de propriedades de um objeto é, portanto, fundamentalmente diferente do processo arbitrário de implexão.

Há também uma dificuldade ontológica com respeito a tais objetos incompletos. Eles ferem os escrúpulos ontológicos a respeito da própria noção de objeto. Tome-se as propriedades *ser um círculo* e *ser vermelho*. Na teoria de ambos neo-Meinongianos, essa combinação forma um objeto unívoco que poderia ser referido por meio da descrição definida ‘o círculo vermelho’. A anteposição do artigo definido ‘o’ frente a qualquer combinação arbitrária de predicados sugere uma reificação que é, no mínimo, controversa. Podemos aceitar propriedades conjuntivas como *ser-um-círculo-redondo*, mas a partir disso concluir a existência (ou subsistência) de um objeto como “o” círculo redondo parece desrespeitar um princípio razoável de invariância categorial: objetos são necessariamente objetos, propriedades são necessariamente propriedades. Aliás, isso valeria inclusive para objetos completos: mesmo a propriedade (conjuntiva) completa ‘F’ não é idêntica ao objeto que instancia F (o qual, neste caso, poderia ser genuinamente referido por ‘o F’). O caso dos objetos incompletos é apenas mais saliente. Aliás, justamente por isso o próprio Meinong (1972: 739) sugere uma interpretação da teoria de objetos como uma teoria de universais.

Guido Imaguire (UFRJ)

Referências

- Greimann, Dirk. 2003. Is Zalta’s Individuation of Intensional Entities Circular? *Metaphysica* (4)2: 93-101.
- Hintikka, J. 1962. *Knowledge and Belief*. Cornell University Press: Ithaca, NY.
- Hylton, P. 1990. *Russell, Idealism and the Emergence of Analytic Philosophy*. Clarendon Press, Oxford.
- Imaguire, G. 2001. *Russells Frühphilosophie*. Olms, Hildesheim and New York.
- Kripke, S. 1972. *Naming and Necessity*. Cambridge, Mass.: Harvard, 1980.
- Lewis, D. 1973. *Counterfactuals*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Lewis, D. 1986. *On The Plurality of Worlds*. Oxford: Blackwell.

- Meinong, A. 1904. *Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Psychologie*. Johann Ambrosius Barth, Leipzig.
- Meinong, A. 1915. *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*. Leipzig: Barth. [Reprint: Haller/Kindinger, eds. GA VI, 1972.]
- Parsons, T. 1980. *Nonexistent Objects*. New Haven and London: Yale University Press.
- Pears, D. 1963. Is Existence a Predicate? In *Philosophical Logic*. Edited by P. F. Strawson. New York: Oxford University Press.
- Plantinga, A. 1974. *The Nature of Necessity*. Oxford: Oxford University Press.
- Quine, W. V. O. 1981. *Things and Theories*. New York: Harvard University Press.
- Reicher, M. 2005. Russell, Meinong, and the Problem of Existent Nonexistents. In *On Denoting 1905-2005*. Edited by Guido Imaguire and Bernard Linsky. Munich: Philosophia Verlag.
- Russell, B. 1898. An Analysis of Mathematical Reasoning. In *The Collected Papers of Bertrand Russell, Vol. 2*.
- Russell, B. 1903. *The Principles of Mathematics*. Routledge, London, 1992.
- Russell, B. 1905. On Denoting. In *Logic and Knowledge*. Routledge, London and New York, 1988.
- Stalnaker, R. 1976. Possible Worlds. *Noûs* 10(1): 65-75.
- Zalta, E. 1983. *Abstract Objects: An Introduction to Axiomatic Metaphysics*. Dordrecht: Reidel.